

# APAGAMENTO COMO POLÍTICA PÚBLICA: O ENSINO DO HOLODOMOR E A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA OFICIAL RUSSA EM TEMPOS DE GUERRA

*Pedro Henrique Engler Urso<sup>1</sup>*

*Isaías Lobão Pereira Júnior<sup>2</sup>*

**Resumo:** O presente artigo analisa o tratamento conferido ao Holodomor nos livros didáticos russos contemporâneos, investigando a ocorrência de apagamento, minimização ou reconfiguração narrativa do episódio no ensino oficial de história. A partir de metodologia bibliográfica e documental, examinam-se manuais escolares e diretrizes curriculares recentes, articulando o debate sobre memória histórica, política educacional e responsabilidade estatal. Sustenta-se que o controle da narrativa sobre o passado constitui instrumento de poder e elemento central na construção da identidade nacional, produzindo efeitos relevantes no debate jurídico e político acerca do reconhecimento do Holodomor como genocídio e do direito à memória.

**Palavras-chave:** Holodomor; Memória Histórica; Livros Didáticos.

*Erasure as public policy: the teaching of the Holodomor and the construction of the official russian narrative in times of war*

**Abstract:** This article analyzes the treatment given to the Holodomor in contemporary Russian textbooks, investigating the occurrence of erasure, minimization, or narrative reconfiguration of the episode in official history teaching. Using bibliographic and documentary methodology, recent school textbooks and curricular guidelines are examined, articulating the debate on historical memory, educational policy, and state responsibility. It is argued that the control of the narrative about the past constitutes an instrument of power and a central element in the construction of national identity, producing relevant effects in the legal and political debate about the recognition of the Holodomor as genocide and the right to memory.

**Keywords:** Holodomor; Historical Memory; Textbooks.

## Introdução

A fome que devastou a Ucrânia entre 1932 e 1933, conhecida como Holodomor, figura entre os episódios mais trágicos do século XX europeu. Milhões de camponeses ucranianos morreram em decorrência de políticas de coletivização forçada, requisições compulsórias de grãos, fechamento de fronteiras internas,

---

<sup>1</sup> Mestrando em Direito Político Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pesquisador do Centro Mackenzie de Políticas Públicas de Integridade. E-mail: [pedroheurso17@gmail.com](mailto:pedroheurso17@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universitat de Valencia, Espanha. Professor do Instituto Federal de Tocantins. Pesquisador do GP-GIM (Gestão, Inovação e Mercados do Instituto Federal de Goiás), do Projeto de Estudos Judaico-Helenísticos (PEJ-UnB) e do Middle Persian Studies (MPS). E-mail: [isaiaslobao@hotmail.com](mailto:isaiaslobao@hotmail.com)

repressão política e punições administrativas impostas no âmbito do regime soviético liderado por Joseph Stalin. A escassez alimentar não decorreu de fenômeno climático extraordinário ou de colapso agrícola imprevisível, mas de decisões estatais concretas que agravaram e instrumentalizaram a crise, atingindo de forma particularmente severa a população rural da Ucrânia, com impactos profundos sobre sua estrutura demográfica, cultural e identitária.

A interpretação histórica e jurídica do Holodomor tem sido objeto de intenso debate. Parte da literatura sustenta tratar-se de uma tragédia resultante de políticas econômicas desastrosas aplicadas de modo generalizado no território soviético. Outra corrente, hoje majoritária na academia especializada e reconhecida por diversos Estados, entende que o episódio preenche os elementos caracterizadores do crime de genocídio, especialmente à luz da definição consagrada na Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio de 1948, ao identificar intenção deliberada de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional específico.

Os autores deste artigo alinham-se à segunda posição (URSO; 2026). Parte-se da compreensão de que as políticas implementadas pelo Estado soviético não apenas produziram fome em massa, mas foram dirigidas de modo particularmente severo contra a população ucraniana, em contexto de repressão cultural, perseguição de lideranças locais e contenção de movimentos de afirmação nacional. Reconhece-se, entretanto, que o debate acerca do elemento subjetivo específico, o chamado dolo especial, permanece presente na discussão historiográfica e jurídica. Ainda assim, há um consenso histórico amplamente documentado quanto à responsabilidade central do aparato estatal soviético pela criação, agravamento e manutenção das condições que levaram à morte de milhões de pessoas. A fome não foi inevitável: foi politicamente produzida e administrativamente sustentada.

No cenário contemporâneo, especialmente após a guerra envolvendo a Ucrânia iniciada em 2022, a disputa em torno da memória do Holodomor adquiriu nova centralidade. Sustenta-se neste estudo que se intensificou uma política de reconfiguração narrativa promovida pelo Estado russo, envolvendo desde ações simbólicas e diplomáticas até iniciativas acadêmicas, produção editorial, financiamento de interpretações revisionistas e, de forma estruturalmente mais sensível, alterações no ensino escolar. O campo educacional assume papel

estratégico nesse processo, pois é nele que se consolida a memória histórica das novas gerações e se estrutura a identidade nacional.

A análise dos livros didáticos russos contemporâneos revela indícios de minimização, enquadramento genérico da fome como tragédia comum aos povos soviéticos, diluição de responsabilidades específicas e omissão de elementos centrais do debate sobre genocídio. Tais estratégias não se limitam a divergências interpretativas legítimas no âmbito acadêmico; elas podem configurar mecanismos sistemáticos de apagamento ou neutralização da responsabilidade histórica estatal. Ao subsumir o Holodomor a uma narrativa de modernização econômica inevitável, produz-se uma reconstrução simbólica do passado que impacta diretamente a percepção pública sobre culpa, responsabilidade e reparação.

Este artigo propõe, portanto, examinar o ensino do Holodomor nos manuais escolares russos como expressão de uma política de memória. Argumenta-se que a história, longe de constituir mero relato neutro dos acontecimentos pretéritos, converte-se em instrumento de poder e, em contextos de conflito, em verdadeira arma simbólica. A manipulação, o silenciamento ou a reinterpretação estratégica de eventos traumáticos podem servir à legitimação de projetos políticos contemporâneos e à consolidação de identidades estatais baseadas na seletividade da lembrança.

Ao final, sustenta-se que a disputa em torno do Holodomor transcende o plano historiográfico: trata-se de embate sobre responsabilidade, reconhecimento e verdade histórica. Quando a educação é mobilizada para redefinir o passado, não se está apenas ensinando história, está-se moldando o horizonte moral e político de uma nação.

## **1. O Holodomor: contexto histórico**

O Holodomor, expressão que significa “*morte pela fome*”, refere-se à grande fome que assolou a Ucrânia soviética entre 1932 e 1933, resultando na morte de milhões de pessoas. Trata-se de um dos episódios mais devastadores do século XX europeu, amplamente compreendido como consequência de políticas deliberadamente implementadas pelo regime de Joseph Stalin. A tragédia deixou marcas profundas na estrutura social, demográfica e identitária da Ucrânia,

consolidando-se como elemento central de sua memória histórica (FRANCO, 2013, p. 17).

A Ucrânia ocupava posição estratégica na economia soviética, possuía vastas áreas de solo fértil e desempenhava papel fundamental na produção e exportação de grãos. Durante o período soviético, essa relevância agrícola tornou-se ainda mais significativa diante dos ambiciosos planos de industrialização do Estado. No campo, contudo, existiam diferenças econômicas importantes entre os camponeses. Destacavam-se os chamados *kulaks*, agricultores relativamente prósperos, proprietários de terras e, em alguns casos, empregadores de mão de obra. Após a Revolução de 1917, o termo passou a ser utilizado com forte carga ideológica, designando supostos inimigos da revolução e opositores da coletivização. A liderança bolchevique passou a associar esses camponeses à resistência ao projeto socialista, consolidando sua imagem como ameaça política (APPLEBAUM, 2019, p. 22).

Em 1928, com o Primeiro Plano Quinquenal, o Estado soviético assumiu controle direto sobre metas de produção agrícola, buscando garantir abastecimento urbano, exportações e financiamento da industrialização acelerada. A economia agrícola, que havia se recuperado parcialmente sob a Nova Política Econômica, ainda não fornecia volume suficiente de cereais para sustentar as ambições industriais do regime. A resistência dos camponeses em vender grãos a preços fixados pelo Estado agravou o conflito entre o poder central e o mundo rural (NAIMARK, 2010, p. 53).

A crise internacional iniciada com o colapso da Bolsa de Nova York em 1929 aprofundou o problema. A queda nos preços das commodities comprometeu as exportações soviéticas, pressionando o regime a intensificar as requisições de grãos (SNYDER, 2010, p. 42). Como resposta estrutural, o governo adotou a coletivização forçada da agricultura, expropriando terras, rebanhos e equipamentos, e organizando a produção em *kolkhozes*, *sovkhozes* e estações estatais de máquinas (RIBEIRO, 2010, p. 53).

Os *kolkhozes* demonstraram baixa eficiência, agravada pela gestão autoritária e pela desorganização estrutural. As requisições implacáveis privaram as famílias camponesas dos meios mínimos de subsistência, enquanto a insatisfação crescente

e a subnutrição contribuíssem para a queda adicional da produtividade (SNYDER, 2010, p. 44; NAIMARK, 2010, p. 55).

Nesse contexto, a campanha de *deskulakuização* buscou eliminar os *kulaks* enquanto classe social. O rótulo passou a ser aplicado de forma ampla e arbitrária, atingindo qualquer camponês considerado resistente ou inadequado aos parâmetros ideológicos do regime (SNYDER, 2010, p. 25). O processo envolveu expropriações, deportações em massa e execuções sumárias. A violência institucionalizada atingiu escala ainda maior com operações repressivas posteriores, incluindo a Ordem 00447, que estabeleceu cotas regionais de prisões e execuções, resultando em centenas de milhares de detenções e mortes (NAIMARK, 2010, p. 67).

A resistência à coletivização manifestou-se em milhares de revoltas e distúrbios, mobilizando milhões de camponeses, especialmente na Ucrânia, onde o impacto foi particularmente intenso (RIBEIRO, 2010, p. 7). A repressão estatal envolveu forças da OGPU e destacamentos armados, com deportações para regiões remotas e inóspitas.

A partir de 1931, sinais de fome tornaram-se evidentes, especialmente no Cazaquistão e nas principais regiões produtoras de grãos. Apesar da queda na produção, o Estado manteve metas elevadas de requisição. Estima-se que, de uma safra reduzida, cerca de 23 milhões de toneladas tenham sido coletadas compulsoriamente (SNYDER, 2010, p. 33).

Em 1932, mesmo diante da deterioração da situação alimentar e a completa fome, o governo estabeleceu metas ainda mais ambiciosas de coleta de grãos, tornando inevitável o confronto entre autoridades locais e camponeses que tentavam preservar reservas mínimas para sobrevivência (GRAZIOSI, 2004).

As estimativas mais moderadas apontam ao menos 4,5 milhões de mortos na Ucrânia, além de milhões em outras regiões soviéticas (MORGAN, 2010, p. 126). O conjunto das políticas adotadas, a manutenção das requisições mesmo diante da escassez evidente e o bloqueio de alternativas de sobrevivência configuram os elementos centrais que sustentam a interpretação do Holodomor como política estatal de repressão e extermínio em massa (URSO; 2026).

## 2. Memória histórica, identidade nacional e o dever de memória

Nos anos que se seguiram à Grande Fome, o tema foi rigidamente silenciado. Milhões morreram, mas a tragédia foi encoberta pelas autoridades soviéticas e convertida em segredo de Estado. Durante décadas, o episódio permaneceu ausente das narrativas oficiais, dos livros didáticos e dos registros públicos acessíveis, produzindo um vazio deliberado na história institucional.

Com o colapso da União Soviética, abriu-se espaço para revisões históricas. Lideranças russas e ucranianas passaram a reconhecer que a fome resultara de políticas criminosas do regime soviético. Persistiu, contudo, a divergência central quanto à sua classificação: se deveria ser compreendida como genocídio dirigido especificamente ao povo ucraniano ou como um massacre em massa decorrente de políticas econômicas brutais, mas não necessariamente orientadas por intenção genocida (APPLEBAUM, 2019, p. 477).

As tensões em torno dessa disputa intensificaram-se após a Revolução Laranja, entre 2004 e 2005, que levou ao poder um governo ucraniano pró-ocidental e crítico do legado soviético. Paralelamente, a Rússia sob a liderança de Vladimir Putin passou a adotar uma postura mais favorável à memória da URSS e, em certos aspectos, à figura de Stalin. Nesse contexto, o presidente ucraniano Viktor Yushchenko transformou o reconhecimento do Holodomor como genocídio em uma das principais bandeiras de seu governo. Em 2006, o parlamento ucraniano declarou oficialmente a fome como genocídio e, no ano seguinte, criminalizou sua negação por meio de legislação inspirada nas leis europeias contra a negação do Holocausto (UCRÂNIA, 2006).

A Ucrânia também buscou ampliar o reconhecimento internacional do Holodomor. Em 2008, por ocasião do 75º aniversário da fome, o Parlamento Europeu aprovou resolução que classificava o episódio como um crime terrível contra o povo ucraniano e contra a humanidade, planejado pelo regime de Stalin, mas evitou empregar o termo genocídio (PARLAMENTO EUROPEU, 2008). Em resposta, o então presidente russo Dmitry Medvedev recusou-se a participar das cerimônias em Kiev e acusou a liderança ucraniana de instrumentalizar a memória da fome para fins políticos de curto prazo (TRUD, 2008). A Rússia também bloqueou

iniciativas ucranianas na Organização das Nações Unidas que buscavam o reconhecimento formal do Holodomor como genocídio.

Em 2010, o governo de Yushchenko foi sucedido por Viktor Yanukovych, cuja orientação política era mais próxima do Kremlin. Yanukovych questionou a definição do Holodomor como genocídio e adotou medidas que reduziram a centralidade do tema na agenda estatal. Nos primeiros dias de seu mandato, retirou do site presidencial o link dedicado à memória do Holodomor (MOTYL, 2010). Simultaneamente, Valery Soldatenko, nomeado para dirigir o Instituto Nacional de Memória, reconheceu a responsabilidade das políticas stalinistas na fome, mas rejeitou a tese de que tivesse havido planejamento deliberado com intenção genocida (RADIO FREE EUROPE, 2010).

No mesmo período, a Rússia apoiou resolução da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa que homenageava as vítimas do chamado terror da fome e condenava as políticas cruéis do regime stalinista como crime contra a humanidade. Ainda assim, manteve-se a recusa em empregar a categoria genocídio (CONSELHO DA EUROPA, 2010). Esse padrão evidencia que a disputa em torno da nomenclatura não é meramente semântica, mas parte de um embate político mais amplo sobre memória histórica, responsabilidade estatal e identidade nacional.

Apesar das limitações evidentes e da recusa persistente em empregar formalmente o termo genocídio, o posicionamento russo naquele período indicava, ainda que de forma cautelosa e ambígua, um movimento parcial em direção ao reconhecimento da gravidade histórica do Holodomor. Ao apoiar resoluções internacionais que qualificavam a fome como crime contra a humanidade e ao admitir a responsabilidade das políticas stalinistas na tragédia, a Rússia sinalizava certa disposição para integrar o episódio a uma narrativa crítica do passado soviético, ainda que sem aceitar a tipificação jurídica mais sensível.

### **3. A campanha de negacionismo e revisionismo após a Guerra da Ucrânia**

A instrumentalização da história como arma de guerra revela-se particularmente evidente no caso das disputas em torno do Holodomor. Até aproximadamente 2010, a Rússia parecia caminhar, ainda que de forma ambígua, para uma relação menos conflitiva com a memória da fome, admitindo a

responsabilidade do regime soviético e participando de resoluções internacionais que a classificavam como crime contra a humanidade, mesmo evitando o termo genocídio.

Esse quadro altera-se de maneira significativa a partir de dois momentos-chave. O primeiro ocorre em 2014, com a anexação da Crimeia, quando se consolida uma inflexão ideológica profunda na política russa de memória. A partir desse ponto, intensificam-se discursos revisionistas, amplia-se a circulação de conteúdos midiáticos que relativizam ou rejeitam a caracterização do Holodomor como genocídio e a história passa a ser mobilizada de forma explícita como instrumento de legitimação geopolítica.

Após a chamada Revolução da Dignidade, em 2014, e o início da intervenção russa no leste da Ucrânia, o agravamento das relações bilaterais foi acompanhado por uma postura cada vez mais negacionista por parte do governo de Vladimir Putin. Em 2015, o portal Sputnik News, vinculado ao Kremlin, publicou artigos assinados por Ekaterina Blinova, apresentada como “analista política independente”, que buscavam desqualificar o Holodomor como construção artificial ou exagero histórico, sugerindo ora que a fome seria um mito, ora que teria resultado exclusivamente de fatores naturais (SPUTNIK, 2015). Como base argumentativa, Blinova recorria à obra propagandística *Fraud, Famine and Fascism*, frequentemente utilizada para sustentar interpretações que absolvem o regime stalinista de responsabilidade deliberada.

De modo mais amplo, a Federação Russa tem mantido uma política consistente de desinformação sobre o Holodomor, tanto por meio da mídia estatal quanto pela reformulação de livros didáticos e pela consolidação de uma narrativa oficial que reinterpreta os acontecimentos de maneira a diluir responsabilidades e enfraquecer a leitura do episódio como genocídio (SHARKEY; MUZYKA, 2020, p. 232).

O segundo marco se dá em 2022, com a invasão em larga escala da Ucrânia, momento em que o negacionismo deixa de operar apenas no plano discursivo e passa a se materializar em ações concretas nos territórios ocupados, como a remoção de livros, a reestruturação curricular e a imposição de narrativas alinhadas ao Kremlin.

Em 2024, no contexto de Guerra, a destruição de memoriais às vítimas do Holodomor nas áreas ocupadas pela Rússia, especialmente na região de Kherson, *Revista Ocidente*, v. 2, nº 2, p. 1-22, abr./jun. 2026.

evidenciou uma estratégia deliberada de negação histórica e apagamento da identidade ucraniana (COYNASH, 2024).

A agência estatal russa RIA Novosti divulgou, em seu canal no Telegram, imagens de supostos “livros didáticos e panfletos” apreendidos em um posto de fronteira em Kupyansk, na região de Kharkiv, alegando que agentes ucranianos utilizavam esses materiais em seu treinamento. No vídeo, o correspondente apresenta uma pasta intitulada “Treinamento Nacional-Patriótico”, cujo conteúdo incluía referências à chamada “lei das cinco espigas”, às políticas soviéticas e ao Holodomor de 1932-1933 como genocídio, apontando responsabilidade do Estado soviético. O jornalista classificou tais materiais como “falsificação histórica descarada”, reiterando a posição oficial russa que rejeita a caracterização do Holodomor como genocídio. O episódio reforçou como a disputa tornou-se parte central da guerra informacional. (MUSEU DO HOLODOMOR, 2025).

A narrativa oficial russa procura enquadrar a invasão da Ucrânia como uma ação legítima, descrevendo a memória do Holodomor como elemento de uma alegada “campanha anti-russa”. Em Kherson, um dos poucos memoriais ainda preservados foi alvo de críticas da mídia estatal, que lamentou a ausência de medidas para sua remoção. Em cidades ocupadas como Mariupol e Luhansk, monumentos dedicados às vítimas da fome foram efetivamente demolidos, em operações divulgadas como iniciativas de “correção histórica”.

Paralelamente à destruição de símbolos materiais, intensificou-se a censura a produções acadêmicas e literárias que qualificam o Holodomor como genocídio, com a proibição de obras de historiadores reconhecidos e a substituição de conteúdos educacionais. Nos territórios sob ocupação, o uso da língua ucraniana vem sendo restringido nas escolas e em espaços públicos, integrando uma política mais ampla de russificação. Essa estratégia não se limita à disputa interpretativa do passado, mas visa enfraquecer referências culturais e identitárias da sociedade ucraniana, combinando repressão política, deslocamentos forçados e apagamento simbólico da memória coletiva (COYNASH, 2024).

Nos territórios ocupados da região de Luhansk, sob controle de autoridades pró-russas, houve uma ação explícita de remoção de obras sobre o Holodomor das bibliotecas. Em janeiro de 2023, o chamado “Ministério da Educação e Ciência” da autoproclamada “República Popular de Luhansk” emitiu uma diretiva para retirar de

acervo cerca de 365 títulos considerados inconvenientes, dentre os quais estão publicações documentais e obras sobre a fome de 1932-33, além de manuais escolares, livros-referência e materiais didáticos sobre a história da Ucrânia em geral. A orientação também previa a exclusão de literatura patriótica e de outros temas que contrariem a narrativa pró-russa, numa tentativa explícita de impor uma versão falsificada dos acontecimentos e de negar o caráter genocida do Holodomor, enquanto se substitui a memória histórica por uma visão alinhada aos interesses da ocupação (NATIONAL MUSEUM OF THE HOLODOMOR-GENOCIDE, 2023).

Um dos grandes jornais internacionais também noticiou de forma explícita o uso da história como instrumento da guerra na Ucrânia. Em reportagem do *The Wall Street Journal*, apontou-se que as autoridades de ocupação russas removeram um monumento às vítimas do Holodomor em Luhansk sob o pretexto de que “insultava os sentimentos patrióticos”, e que dezenas de memoriais semelhantes e homenagens a figuras culturais ucranianas haviam sido destruídos em territórios controlados por Moscou. A matéria destacou que essa destruição deliberada de símbolos históricos não se trata apenas de ações militares, mas de um ataque planejado à memória e à identidade ucraniana (TROFIMOV, Yaroslav; 2025).

Em síntese, observa-se que, ao longo da última década, a política russa de memória em relação ao Holodomor deslocou-se de uma postura ambígua e relativamente conciliatória para uma estratégia sistemática de negacionismo ativo. O que inicialmente se manifestava por disputas terminológicas e revisionismo discursivo evoluiu, sobretudo após 2014 e de forma mais contundente após 2022, para práticas concretas de apagamento simbólico, destruição de marcos memoriais, censura acadêmica e reconfiguração curricular nos territórios ocupados. A história, nesse contexto, deixa de ser apenas campo de interpretação e transforma-se em instrumento estratégico de guerra, mobilizada para legitimar a invasão, enfraquecer a identidade nacional ucraniana e reordenar o passado conforme os interesses políticos do presente.

#### **4. O ensino do Holodomor nos livros didáticos russos contemporâneos**

Além das formas explícitas de negacionismo já descritas, observou-se, mais recentemente, o surgimento de uma face mais sutil, porém estrutural, dessa política

de apagamento: a manipulação do ensino escolar na Rússia. A educação formal passou a ser utilizada como instrumento para moldar a percepção das novas gerações sobre o passado, apresentando versões da história que desfavorecem o reconhecimento da responsabilidade estatal pelo Holodomor e diluem a importância desse evento no currículo nacional.

Este artigo propõe analisar especificamente manuais escolares e livros didáticos de História aprovados e adotados no sistema educacional russo entre 2010 e 2025, com o objetivo de identificar alterações no tratamento conferido ao Holodomor ao longo desse período. A investigação concentra-se em coleções utilizadas no ensino médio, elaboradas por editoras e autores recorrentes nas listas oficiais do Ministério da Educação, examinando como o conteúdo pedagógico, a linguagem empregada, os enquadramentos interpretativos e a seleção de fatos foram sendo gradualmente modificados. Busca-se demonstrar de que maneira o discurso didático oficial evoluiu, tornando-se progressivamente mais alinhado à política estatal e à narrativa geopolítica do Kremlin. Ao privilegiar o material efetivamente utilizado em sala de aula, a análise pretende evidenciar como o negacionismo pode operar de forma institucionalizada e silenciosa por meio da educação formal, moldando a memória histórica das novas gerações.

Para iniciar a análise, serão examinados os manuais organizados por Anatoly V. Torkunov, reitor do Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscou, cujas obras figuram entre as mais difundidas e adotadas no sistema educacional russo. Trata-se de um autor com forte inserção institucional: em 1999 foi eleito presidente da Associação Russa de Estudos Internacionais; tornou-se membro correspondente da Academia Russa de Ciências em 2003, membro titular em 2008 e, em 2022, passou a integrar o Presidium da mesma Academia. O livro selecionado para esta etapa corresponde ao exemplar amplamente utilizado na décima série do ensino médio russo no ano letivo de 2014. Muito provavelmente elaborado em 2013 e distribuído nacionalmente no ano seguinte, o manual foi concebido antes da anexação da Crimeia, refletindo ainda um contexto político menos confrontacional e um discurso relativamente mais moderado no tratamento de temas sensíveis da história soviética.

Na edição de 2014 do manual organizado por Torkunov, o tema do Holodomor aparece inserido no capítulo 16, intitulado “*Coletivização da Agricultura*”, *Revista Ocidente*, v. 2, nº 2, p. 1-22, abr./jun. 2026.

ao qual é dedicado um capítulo integral, correspondente a aproximadamente 4,5% do total da obra. A abordagem trata extensamente do processo de coletivização forçada conduzido no início da década de 1930. O capítulo inicia mencionando a oposição de Nikolai Bukharin às políticas defendidas por Stalin, ressaltando que a coletivização era objeto de controvérsia interna no Partido Comunista, o que já introduz o tema como um debate político complexo e não como narrativa linear consensual. Em seguida, o texto dedica diversas páginas à descrição das medidas coercitivas adotadas pelo Estado, incluindo repressões, expropriações e a violência associada à implementação do programa, apresentando o processo como marcado por tensões sociais profundas e graves consequências humanas (TORKUNOV, A. V; 2014, p. 135).

Na sequência, o capítulo dedica-se a examinar a campanha contra os chamados *kulaks*, destacando inclusive a imprecisão conceitual do termo e reconhecendo que, na prática, a repressão atingiu numerosos camponeses que não se enquadravam originalmente nessa categoria. O texto observa que a classificação era frequentemente arbitrária e ampliada conforme as necessidades políticas do momento. A partir daí, o restante da seção concentra-se na descrição da violência do processo de coletivização, abordando deportações em massa, exílios internos, confisco de bens e destruturação das comunidades rurais. Também é mencionada a imposição de restrições à circulação, incluindo medidas que impediram camponeses ucranianos de deixar as áreas afetadas pela fome, reforçando o caráter coercitivo e repressivo das políticas implementadas naquele período (TORKUNOV, A. V; 2014, p. 136).



Figura 1 Imagem do Livro mencionado na pesquisa

Ao final do capítulo, o manual apresenta uma síntese avaliativa do período, cujo conteúdo, em tradução livre, afirma: “*Resumindo: o principal objetivo da política de coletivização total era criar condições para extrair recursos das aldeias destinados à industrialização. A coletivização foi realizada por meios violentos, acompanhada de repressão em massa não apenas contra os kulaks, mas também contra o campesinato médio.*” A formulação evidencia que o próprio livro reconhece o caráter coercitivo da política e sua função instrumental dentro do projeto de modernização soviético, admitindo a amplitude da repressão e seus efeitos sobre amplos setores da população rural, mesmo sem debater se o caso poderia ser considerado um genocídio (TORKUNOV, A. V; 2014, p. 140).

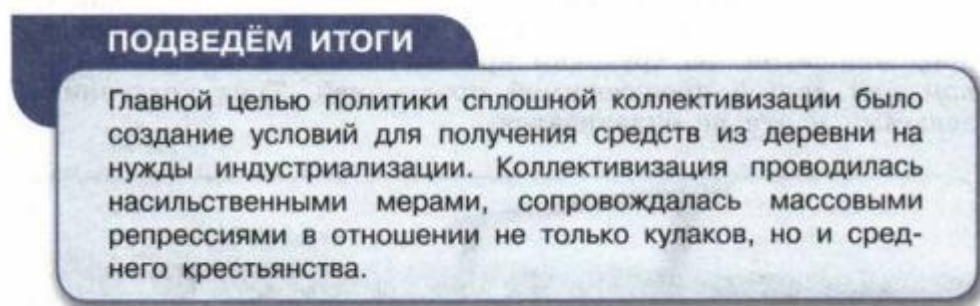


Figura 2 Trecho do livro didático citado no estudo

Ao final do capítulo, o livro propõe aos alunos uma reflexão crítica acerca da real necessidade da coletivização, estimulando o questionamento sobre seus fundamentos e consequências. Para isso, apresenta três excertos de autores fortemente críticos ao processo. O *primeiro* sustenta que o sistema instaurado teria inaugurado uma forma de opressão de caráter militar-feudal, orientada sobretudo aos interesses do Partido. O *segundo* aprofunda a crítica ao afirmar que a coletivização não apenas produziu violência social em larga escala, mas também retardou e prejudicou o próprio programa de industrialização soviética que pretendia sustentar. Já o *terceiro* enfatiza a ideia de que Stalin teria instrumentalizado o campesinato como base de uma economia de feição industrial-feudal, subordinando o campo a uma lógica de exploração centralizada (TORKUNOV, A. V; 2014, p. 143).

Dessa maneira, o manual encerra o capítulo com uma abordagem marcadamente crítica ao processo, conduzindo os estudantes a interpretá-lo como uma política não apenas violenta, mas questionável em sua própria racionalidade

econômica. Ao enfatizar os efeitos repressivos e ao sugerir que a coletivização foi desnecessária e até contraproducente para os objetivos industriais do Estado soviético, o texto finaliza a seção colocando a repressão e seus impactos sociais no centro da avaliação histórica do período.

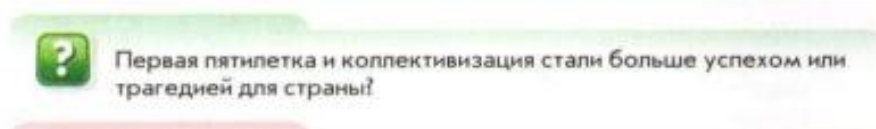
Ao longo dos anos, observa-se um progressivo deslocamento discursivo nos manuais escolares, que passaram a adotar uma abordagem gradativamente mais alinhada à narrativa estatal. Nesse contexto, passa-se à análise da edição de 2021, publicada um ano antes do início da invasão em larga escala da Ucrânia. Organizada por V. R. Medinski, então presidente da Comissão Interdepartamental de Educação Histórica da Rússia, a obra conta também com a participação de A. V. Torkunov. A presença de ambos evidencia a consolidação de uma coordenação institucional mais estreita entre política estatal e produção didática, indicando que o conteúdo escolar já se encontrava inserido em um projeto mais estruturado de orientação ideológica da narrativa histórica.

Logo de início, a edição de 2021 chama a atenção por dois aspectos centrais. O capítulo 14, que aborda a coletivização, deixa de tratar o tema de forma isolada e passa a compartilhá-lo com a implementação do Primeiro Plano Quinquenal, sob o título “Primeiro Plano Quinquenal e Coletivização”. Essa fusão temática já indica uma reconfiguração interpretativa, na qual a coletivização é integrada de modo mais orgânico ao projeto de industrialização soviética, diluindo sua análise específica. Além disso, mesmo com essa ampliação formal do escopo do capítulo, observa-se uma redução significativa de seu espaço proporcional no manual: o conteúdo passa a ocupar apenas 2,5% do total da obra, em contraste com os 4,5% registrados na edição anterior, o que representa uma queda considerável na centralidade do tema (MEDINSKI, V. R.; 2021 p. 125).

Entretanto, o elemento que mais chama atenção de imediato é a pergunta formulada logo abaixo do título do capítulo: “*O Primeiro Plano Quinquenal e a Coletivização foram mais um sucesso ou uma tragédia?*”. A própria estrutura da questão revela uma inflexão significativa na abordagem didática. Diferentemente da edição anterior, que enfatizava a violência e os custos humanos do processo, a formulação de 2021 enquadra a coletivização dentro de uma lógica de balanço entre êxito e fracasso, relativizando seu caráter repressivo. Ao vinculá-la diretamente ao Primeiro Plano Quinquenal, frequentemente apresentado na historiografia oficial

Revista Ocidente, v. 2, nº 2, p. 1-22, abr./jun. 2026.

rusa como etapa decisiva da modernização econômica, o manual já sugere uma interpretação menos condenatória, deslocando o foco da crítica moral e social para uma avaliação de resultados econômicos e estratégicos (MEDINSKI, V. R.; 2021 p. 125).



*Figura 3 Imagem do Livro didático citado no Artigo*

Na edição de 2021, a mudança de enquadramento torna-se ainda mais evidente no corpo do texto. A coletivização passa a ser apresentada como medida necessária para viabilizar a industrialização, com destaque para seus supostos êxitos no fortalecimento da economia soviética (MEDINSKI, V. R.; 2021 p. 130).

Embora a perseguição aos *kulaks* seja mencionada, desaparece a problematização conceitual presente na edição anterior: o termo deixa de ser tratado como categoria imprecisa ou politicamente instrumentalizada e passa a ser apresentado como designação objetiva de um grupo social claramente delimitado. Ao final do capítulo, os alunos são convidados a refletir se a coletivização foi necessária para a industrialização, devendo elencar dois argumentos favoráveis e dois contrários à tese. Contudo, diferentemente da edição de 2014, em que predominava uma orientação crítica sustentada por autores contundentemente opositores ao processo, aqui a proposta assume um tom de aparente equilíbrio que, na prática, desloca o eixo interpretativo para a legitimidade econômica da política. A guinada é perceptível: a repressão perde centralidade analítica, enquanto a racionalidade desenvolvimentista passa a estruturar a narrativa, sinalizando um claro reordenamento discursivo em direção a uma leitura mais justificadora do período (MEDINSKI, V. R.; 2021 p. 133).

No contexto já marcado pela guerra, a edição de 2024 aprofunda a inflexão observada anteriormente. O capítulo 20, agora novamente intitulado “Coletivização da agricultura”, passa a ocupar apenas 1,6% do total do livro, redução expressiva em relação às edições de 2014 (4,5%) e 2021 (2,5%), indicando diminuição ainda maior da centralidade temática. A pergunta orientadora torna-se mais declaratória e

direcionada: “A coletivização foi um sucesso ou uma tragédia para o país?” (MEDINSKI, V. R.; 2024 p. 221).



*Figura 4 Livro Citado no Artigo*

O texto apresenta a política como necessária, contextualizando-a na crise econômica mundial de 1929 e na queda dos preços internacionais, sugerindo que o Estado teria sido “forçado” a coletivizar como alternativa para sustentar a industrialização. Embora reconheça a ocorrência de fome e milhões de vítimas, o resumo enfatiza que o objetivo principal era viabilizar a transferência de recursos agrícolas para a indústria, abastecer o exército e ampliar exportações, destacando de forma mais assertiva os supostos êxitos estruturais do processo (MEDINSKI, V. R.; 2024 p. 221).

Além disso, a narrativa busca relativizar a responsabilidade direta da liderança stalinista. O manual menciona declarações posteriores de Stalin, como a conversa com Churchill em 1942, na qual teria reconhecido o caráter “terrível” do período, mas reafirmado sua necessidade para mecanizar a agricultura e evitar fomes recorrentes. O capítulo encerra-se com um trecho do artigo “Tonto de Sucesso” (1930), no qual Stalin critica excessos e requisições forçadas, construindo a imagem de um líder atento aos abusos locais, ainda que tais políticas tenham sido implementadas sob sua direção. A pergunta final proposta aos alunos reforça essa moldura interpretativa: apresenta explicitamente o ponto de vista de que a coletivização foi necessária e que seus custos teriam sido compensados pelos resultados econômicos, solicitando argumentos favoráveis e contrários. Contudo, ao formular a tese de maneira afirmativa e ao ampliar o destaque aos resultados

*Revista Ocidente, v. 2, nº 2, p. 1-22, abr./jun. 2026.*

positivos, o manual evidencia uma orientação que tende a legitimar a política, consolidando a guinada discursiva em direção a uma leitura mais justificadora e estatalmente alinhada do período (MEDINSKI, V. R.; 2024 p. 227).

A análise comparativa das três edições demonstra de forma clara um duplo movimento: de um lado, o progressivo esvaziamento do tema da coletivização e de suas consequências no espaço didático, evidenciado pela redução contínua do percentual dedicado ao assunto e, de outro, o paralelo enviesamento interpretativo em direção a uma leitura mais alinhada à narrativa estatal russa. Se em 2014 predominava uma abordagem marcadamente crítica, com centralidade na repressão e nos custos humanos, as edições posteriores passam a enfatizar cada vez mais a necessidade econômica da política e seus supostos êxitos estruturais. Ainda não se trata de uma negação explícita da fome ou de um discurso tão radical quanto o encontrado em declarações oficiais do Kremlin ou em produções abertamente negacionistas; contudo, o direcionamento é inequívoco. A relativização das responsabilidades, a ampliação do destaque aos resultados positivos e a formulação de perguntas que induzem à legitimação da coletivização indicam uma trajetória discursiva que se aproxima gradualmente de uma visão justificadora, consolidando no espaço escolar uma memória histórica cada vez mais compatível com a orientação política contemporânea do Estado russo.

##### **5. História como instrumento de poder: educação, guerra e disputa simbólica**

A análise do ensino do Holodomor nos livros didáticos russos contemporâneos permite compreender que a disputa em torno desse evento não se limita à esfera da historiografia, mas insere-se em um campo mais amplo de construção social da memória. Nesse sentido, o conceito de memória histórica revela-se fundamental para compreender como o passado é selecionado, organizado e transmitido às novas gerações. Conforme argumenta Maurice Halbwachs, a memória não constitui um simples registro individual de acontecimentos vividos, mas uma construção social moldada pelos grupos e pelas instituições às quais os indivíduos pertencem. Segundo o autor, é na sociedade que o homem adquire suas memórias, que ele as evoca, as reconhece e as localiza (HALBWACHS, 1990).

Essa dimensão institucional da memória é aprofundada por Pierre Nora, ao desenvolver o conceito de lugares de memória. Para o autor, a memória coletiva não sobrevive de forma espontânea nas sociedades contemporâneas, mas é preservada por meio de suportes materiais, simbólicos e institucionais, entre os quais se destacam monumentos, museus, datas comemorativas e, de maneira particularmente relevante, os livros didáticos (NORA, 1993). Esses dispositivos não apenas conservam o passado, mas o reinterpretem continuamente à luz das necessidades do presente.

Os manuais escolares, nesse sentido, funcionam como verdadeiros lugares de memória institucionalizados, pois apresentam às novas gerações uma versão específica dos acontecimentos históricos, legitimada pelo Estado. A redução progressiva do espaço dedicado ao Holodomor e o deslocamento interpretativo observado nas edições mais recentes dos livros didáticos russos evidenciam um processo de reconfiguração desses lugares de memória, no qual o passado é reorganizado de forma a torná-lo compatível com a narrativa política contemporânea. Não se trata apenas de ensinar história, mas de moldar uma determinada consciência histórica coletiva.

Essa relação entre memória, narrativa e poder é analisada de forma particularmente profunda por Paul Ricoeur, que destaca que a memória constitui sempre um campo de disputa. Para o autor, o passado não é acessado diretamente, mas mediado por narrativas que envolvem seleção, interpretação e, inevitavelmente, esquecimento (RICOEUR, 2007). O esquecimento, nesse contexto, não é apenas uma falha involuntária, mas pode constituir uma estratégia ativa, utilizada para reorganizar o significado dos acontecimentos históricos.

No caso do ensino do Holodomor, não se observa um apagamento absoluto do evento, mas um processo mais sutil de reinterpretação, no qual a ênfase é deslocada da violência e da responsabilidade estatal para a necessidade econômica e os resultados estruturais da coletivização. Esse mecanismo corresponde ao que Ricoeur descreve como manipulação da memória, processo pelo qual a narrativa histórica é reorganizada de modo a atender a determinados interesses políticos e identitários. Ao relativizar a responsabilidade estatal e enquadrar a tragédia dentro de uma narrativa de modernização nacional, o discurso didático contribui para redefinir o significado moral e político do acontecimento.

Nesse contexto, a reconfiguração do ensino do Holodomor nos livros didáticos russos contemporâneos revela-se parte integrante de uma política mais ampla de reorganização da memória histórica. Ao reformular a narrativa sobre um dos eventos mais traumáticos do século XX, o Estado não apenas redefine o passado, mas também intervém diretamente na formação da consciência histórica das novas gerações. A disputa pelo passado, portanto, constitui também uma disputa pelo presente e pelo futuro, evidenciando que a memória histórica permanece como um dos terrenos centrais de construção da identidade, da legitimidade e do poder político.

### **Considerações finais**

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite afirmar que o ensino do Holodomor nos livros didáticos russos contemporâneos não constitui um campo neutro de transmissão do conhecimento histórico, mas integra uma política de memória progressivamente alinhada aos interesses políticos do Estado. A comparação entre as edições de 2014, 2021 e 2024 evidencia não apenas a redução quantitativa do espaço dedicado à coletivização e à fome, mas, sobretudo, uma transformação qualitativa no enquadramento interpretativo, marcada pela diminuição da centralidade da repressão e pelo aumento do destaque conferido à racionalidade econômica e aos supostos êxitos estruturais do processo.

Esse deslocamento discursivo não se manifesta, ao menos no plano formal, como negação explícita da fome ou de suas consequências devastadoras. Ao contrário, os manuais ainda reconhecem a ocorrência de milhões de mortes. No entanto, a forma como esses fatos são contextualizados, relativizados e enquadrados produz efeitos significativos sobre sua interpretação moral e política. Ao apresentar a coletivização como medida necessária, ao diluir responsabilidades individuais e ao integrar a tragédia a uma narrativa mais ampla de modernização nacional, o discurso didático contribui para enfraquecer a percepção do Holodomor como crime estatal deliberado, convertendo-o em episódio trágico, porém funcional, dentro da trajetória histórica soviética.

Esse processo revela a operação de mecanismos mais sofisticados de reconfiguração da memória, nos quais o apagamento não ocorre necessariamente

pela supressão total dos fatos, mas pela sua reinterpretação seletiva e pelo reposicionamento de seus significados. A redução do espaço dedicado ao tema, a reformulação das perguntas orientadoras e o deslocamento do foco analítico da violência para a eficiência econômica constituem estratégias que, no conjunto, contribuem para normalizar a tragédia e integrar seus custos humanos a uma narrativa de construção estatal. Trata-se, portanto, de uma forma de negacionismo indireto, que atua não pela negação frontal do acontecimento, mas pela neutralização de sua dimensão política, jurídica e moral.

Esse fenômeno torna-se ainda mais significativo quando inserido no contexto mais amplo da política contemporânea russa de memória, especialmente após 2014 e, de forma mais acentuada, após a invasão em larga escala da Ucrânia em 2022. Nesse cenário, a história deixa de operar apenas como campo de interpretação acadêmica e assume função estratégica na legitimação de projetos geopolíticos, na construção da identidade nacional e na justificação de ações presentes.

Os resultados desta pesquisa confirmam, assim, a hipótese central de que o ensino do Holodomor nos manuais escolares russos contemporâneos constitui parte integrante de uma política estatal de reconfiguração da memória histórica. Essa política não se limita à esfera educacional, mas articula-se com iniciativas mais amplas de controle simbólico, incluindo a censura acadêmica, a destruição de memoriais e a produção de narrativas oficiais que buscam redefinir o significado do passado soviético.

Dessa constatação emerge uma implicação mais ampla, que transcende o caso específico analisado. A disputa em torno do Holodomor não diz respeito apenas à interpretação de um evento histórico, mas à própria definição dos limites entre verdade e poder. Quando o Estado intervém na forma como a história é ensinada, ele não apenas influencia a memória coletiva, mas redefine os parâmetros pelos quais a responsabilidade histórica é reconhecida ou negada. Nesse sentido, o controle da narrativa histórica constitui também uma forma de controle do horizonte moral da sociedade.

Por fim, o estudo reforça a importância do chamado dever de memória como princípio fundamental das sociedades contemporâneas. O reconhecimento de tragédias históricas como o Holodomor não representa apenas um ato de reparação

simbólica às vítimas, mas uma condição necessária para a preservação da integridade histórica e para a prevenção de sua repetição. A manipulação da memória, ao contrário, representa não apenas uma distorção do passado, mas uma intervenção ativa no presente e uma tentativa de moldar o futuro. Preservar a verdade histórica, portanto, não constitui apenas um compromisso com o passado, mas um imperativo ético e político voltado à proteção das gerações futuras contra a banalização da violência estatal e contra o esquecimento deliberado de seus crimes.

## Referências

APPLEBAUM, Anne. *A fome vermelha: A guerra de Stalin na Ucrânia*. Record; 1ª edição, 2019.

CONSELHO DA EUROPA. *Resolução 1723, de 28 de abril de 2010. Comemorando as vítimas da Grande Fome (Holodomor) na antiga URSS*. Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Estrasburgo, 2010. Disponível em: <https://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/Xref-XML2HTML-en.asp?fileid=17813>.

COYNASH, Halya. *Russian invaders destroy 'anti-Russian' memorials to victims of Holodomor in occupied Kherson oblast*. Kharkiv Human Rights Protection Group, 18 nov. 2024. Disponível em: <https://khp.org/en/1608814139>. Acesso em: 24 dez. 2024.

FRANCO, José Eduardo. *Holodomor, a desconhecida tragédia Ucrâniana*. Grácio Editor, 1ª edição, 2013.

GRAZIOSI, Andrea. *The Soviet 1931–1933 Famines and the Ukrainian Holodomor: Is a New Interpretation Possible, and What Would Its Consequences Be?* Harvard Ukrainian Studies, v. 27, n. 1/4, p. 97-115, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.

RIBEIRO, Luís de Matos. *Holodomor: O Genocídio Ucrâniano*. Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos – CompaRes, 2010.

MOTYL, Alexander J. *Deleting the Holodomor: Ukraine Unmakes Itself*. World Affairs, v. 173, n. 3, p. 25-33, set./out. 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27870299>. Acesso em: 26 fev. 2025.

MORGAN, Lesa Melnychuk. *'Remember the peasantry': A study of genocide, famine, and the Stalinist Holodomor in Soviet Ukraine, 1932-33, as it was remembered by post-war immigrants in Western Australia who experienced it*. 2010.

MEDINSKI, V. R. (org.). *Istoriya Rossii: nachalo XX – nachalo XXI veka: 10 klass: bazovyy uroven'*. Moscou: Prosveshchenie, 2021.

MEDINSKI, V. R.; TORKUNOV, A. V. *Istoriya Rossii: 1914–1945 gody: 10 klass: bazovyy uroven'*. 3. ed. Moscou: Prosveshchenie, 2024.

NAIMARK, Norman M. *Stalin's genocides*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

NATIONAL MUSEUM OF THE HOLODOMOR-GENOCIDE. *Books about the Holodomor will be removed from libraries in the occupied Luhansk region*. 2023. Disponível em: <https://holodomormuseum.org.ua/en/news/books-about-the-holodomor-will-be-removed-from-libraries-in-the-occupied-luhansk-region/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

Revista Ocidente, v. 2, nº 2, p. 1-22, abr./jun. 2026.

NATIONAL MUSEUM OF THE HOLODOMOR-GENOCIDE. *Russian propagandist calls materials about Holodomor "falsification"*. 2025. Disponível em: <https://holodomormuseum.org.ua/en/news/russian-propagandist-calls-materials-about-holodomor-falsification/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.

PARLAMENTO EUROPEU. *Resolução de 23 de outubro de 2008 sobre a comemoração do Holodomor, a fome artificial na Ucrânia (1932-1933)*. Jornal Oficial da União Europeia, Estrasburgo, 2008. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/RC-6-2008-0578\\_EN.html](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/RC-6-2008-0578_EN.html).

RADIO FREE EUROPE/RADIO LIBERTY. *Communist Ukrainian Institute Head Denies Famine Was Deliberate*. 29 jul. 2010. Disponível em: [https://www.rferl.org/a/Communist\\_Ukrainian\\_Institute\\_Head\\_Denies\\_Famine\\_Was\\_Deliberate/2112870.html](https://www.rferl.org/a/Communist_Ukrainian_Institute_Head_Denies_Famine_Was_Deliberate/2112870.html).

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SHARKEY, Nolan; MUZYKA, Tetiana. *Foundation atrocities and public history: The role of lawyers in finding truth*. International Scientific Conference of the Faculty of Law, University of Latvia, v. 8, n. 2, p. 310-326, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22364/iscflul.8.2.16>.

SNYDER, Timothy. *Blood Lands: Europe between Hitler and Stalin*. Basic Books, 2010.

SPUTNIK GLOBE. *The Great Ukrainian Famine: A Soviet Tragedy or a Western Hoax?* 2015. Disponível em: <https://sputnikglobe.com/20150809/1025560345.html>. Acesso em: 23 dez. 2024.

TROFIMOV, Yaroslav. *Russia Wants to Erase Ukraine's Future—and Its Past*. The Wall Street Journal, 20 fev. 2025. Disponível em: <https://www.wsj.com/world/europe/russia-wants-to-erase-ukraines-futureand-its-past-f47fe98c>.

TORKUNOV, A. V. (org.). *Istoriya Rossii. 10 klass: uchebnik dlya obshcheobrazovatelnykh organizatsiy. Chast 1*. Moscou: Prosveshchenie, 2014.

TRUD. *Juschenko obvinil v golodomore Stalina*. 24 nov. 2008. Disponível em: [https://www.trud.ru/article/24-11-2008/135678\\_juschenko\\_obvinil\\_v\\_golodomore\\_stalina/print/](https://www.trud.ru/article/24-11-2008/135678_juschenko_obvinil_v_golodomore_stalina/print/). Acesso em: 26 fev. 2025.

UCRÂNIA. Lei nº 376-V, de 28 de novembro de 2006. Sobre o Holodomor de 1932-1933 na Ucrânia. *Parlamento da Ucrânia (Verkhovna Rada)*, Kiev, 2006. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/376-16>.

URSO, Pedro Henrique Engler. *Uma análise jurídica da responsabilização penal da grande fome ucraniana de 1932 a 1933*. Revista Brasileira de Estudos Jurídicos, Montes Claros, v. 20, n. 1, 2026. Disponível em: <https://portalunifipmoc.emnuvens.com.br/rbej/article/view/325>. Acesso em: 20 fev. 2026.

**Recebido em: 10 abr. 2026.**

**Publicado em: 30 jun. 2026.**